

Trabalho obteve o 3º Lugar, fazendo jus ao Prêmio Maria Grasiela Teixeira Barroso, concedido pela Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Ceará



**20º Congresso Cearense de Enfermagem
29º Convenção Interiorana de Enfermagem
14ª Semana de Enfermagem da Universidade do
Vale do Acaraú (UVA)
1º Seminário Gestão e Liderança em Enfermagem
Hospitalar**

ENTRE PERCEPÇÕES E SILÊNCIOS: A DISCRIMINAÇÃO RACIAL NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO

Celiane Brito Rodrigues¹

Eliany Nazaré Oliveira²

Flávia Regino Oliveira³

Mariana Lara Silva de Almeida⁴

João Walyson de Paula Cordeiro⁵

1. Graduanda em Enfermagem (Bacharelado) da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, Ceará. Brasil. Apresentadora.
2. Docente do curso de Enfermagem (Bacharelado) da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, Ceará. Brasil.
3. Enfermeira. Mestranda em Saúde da Família pela Universidade Federal do Ceará em associação com a Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, Ceará. Brasil.
4. Graduanda em Enfermagem (Bacharelado) da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, Ceará. Brasil.
5. Graduando em Enfermagem (Bacharelado) da Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, Ceará. Brasil.

INTRODUÇÃO: A permanência no ensino superior brasileiro ocorre em um contexto marcado por profundas desigualdades sociais, historicamente estruturadas e ainda expressas nas trajetórias educacionais de diferentes grupos populacionais. Entre esses marcadores, a raça/cor e as condições socioeconômicas assumem papel central na compreensão das oportunidades de acesso, permanência e vivência universitária, configurando-se como importantes determinantes das iniquidades sociais (Lima; Romagnoli, 2023). Nesse cenário, o racismo se apresenta como um fenômeno estrutural que atravessa instituições e relações sociais, manifestando-se de forma explícita ou sutil no cotidiano acadêmico. No ambiente universitário, essas manifestações

Trabalho obteve o 3º Lugar, fazendo jus ao Prêmio Maria Grasiela Teixeira Barroso, concedido pela Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Ceará

podem ocorrer por meio de exclusão simbólica, microagressões e desigualdades de reconhecimento, influenciando a experiência dos estudantes, especialmente daqueles pertencentes a grupos historicamente marginalizados. Evidências indicam que o racismo impacta diferentes dimensões da vida social, podendo ser naturalizado em determinados contextos (Gaudenzi; Chagas; Castro, 2023). Apesar dos avanços na ampliação do acesso ao ensino superior, a presença de estudantes de diferentes origens sociais e raciais não elimina as desigualdades vivenciadas no cotidiano acadêmico. Estudos apontam que a inserção de grupos historicamente excluídos tem sido acompanhada por dinâmicas de enfrentamento ao racismo, evidenciando que essas instituições ainda reproduzem assimetrias sociais (Guimarães; Rios; Sotero, 2020). Adicionalmente, estudos com estudantes universitários indicam que a discriminação racial no ensino superior pode se manifestar de forma sutil, sendo percebida por meio de experiências cotidianas, o que reforça a complexidade de sua identificação no ambiente acadêmico (Barbosa; Maia, 2023). Dessa forma, ao articular características sociodemográficas com a formalização de queixas relacionadas à discriminação racial, este estudo contribui para o avanço do conhecimento sobre as desigualdades no contexto universitário, oferecendo subsídios para o desenvolvimento de estratégias institucionais voltadas à promoção da equidade e ao enfrentamento do racismo.

OBJETIVO: Analisar o perfil sociodemográfico de estudantes universitários e as queixas relacionadas à discriminação racial.

MÉTODO: O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória, descritiva e transversal, com abordagem quantitativa. Trata-se de um recorte de um projeto mais amplo, intitulado “Discriminação racial e saúde mental nas universidades”, que contou com a participação de 829 estudantes universitários de cinco Instituições de Ensino Superior (IES) no estado do Ceará, incluindo tanto a rede pública quanto a privada. A coleta de dados foi realizada por meio de instrumentos

específicos. Para conhecer o perfil dos participantes, aplicou-se um questionário sociodemográfico, contemplando informações como gênero, faixa etária, autodeclaração de raça/cor, estado civil, renda familiar e religião. Além disso, para compreender as experiências de racismo, utilizou-se a Escala de Discriminação Racial, validada no Brasil, com foco na dimensão relacionada à formalização de denúncias. Nesse sentido, os participantes foram questionados sobre a realização de queixas formais junto às autoridades policiais após vivenciarem situações de discriminação. A organização e análise dos dados foram conduzidas por meio de estatística descritiva e inferencial. Para verificar possíveis associações entre as variáveis qualitativas, especialmente no que diz respeito à influência da faixa etária na decisão de formalizar denúncias, foi aplicado o Teste do Qui-quadrado. Esse procedimento permitiu identificar a significância das relações entre a idade dos estudantes e o comportamento de denúncia. Por fim, a pesquisa seguiu todos os princípios éticos, tendo sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), conforme Parecer nº 6.279.258.

RESULTADOS: Análise do perfil sociodemográfico evidenciou que a maioria dos participantes era do sexo feminino (52,7%), com idade média de 23,1 anos, concentrando-se principalmente nas faixas etárias entre 20 e 23 anos, que juntas representam a maior proporção da amostra. Observa-se ainda a presença de estudantes em faixas etárias mais elevadas, embora em menor proporção, indicando certa heterogeneidade etária no ensino superior. Em relação à raça/cor, predominou a autodeclaração parda (58,1%), seguida de branca (28%) e preta (12,4%), evidenciando a presença majoritária de estudantes racializados na amostra e reforçando a importância de analisar as desigualdades raciais no contexto universitário. No que se refere à situação civil, a maioria dos participantes declarou-se solteira (87,8%), com menores proporções de estudantes casados (6,5%) ou em união estável (5,4%), o que é compatível

com o perfil etário observado. Em relação à religião, verificou-se predominância de estudantes católicos (59,3%), seguidos por evangélicos (11,5%) e por aqueles que declararam não possuir religião (17,6%), evidenciando diversidade de crenças entre os participantes. No que se refere à renda familiar, observou-se que a maior parte dos estudantes situava-se na faixa entre um e dois salários mínimos (37,3%), com percentual significativo vivendo com menos de um salário mínimo (22,3%), além de uma parcela distribuída entre rendas superiores, indicando diversidade de condições econômicas entre os universitários. Entretanto, o dado mais relevante emerge da análise da formalização de queixas relacionadas à discriminação racial. Observou-se que a grande maioria dos estudantes, em todas as faixas etárias, nunca formalizou queixa, com percentuais superiores a 96% em todos os grupos analisados. Mesmo entre os mais jovens, apenas 2,8% relataram ter realizado alguma denúncia, enquanto nas demais faixas etárias os percentuais foram ainda menores. Além disso, não foi identificada associação estatisticamente significativa entre faixa etária e realização de denúncia ($p=0,485$), indicando que o baixo índice de formalização de queixas não se restringe a um grupo etário específico. Esse padrão evidencia baixa formalização de queixas relacionadas à discriminação racial no contexto universitário, podendo sugerir subnotificação dessas situações, especialmente quando considerado o caráter estrutural e muitas vezes naturalizado do racismo nas instituições. Esses resultados sugerem um possível processo de silenciamento da discriminação racial, no qual a vivência do racismo nem sempre se traduz em denúncia ou enfrentamento institucional, podendo estar relacionado a fatores como descrença nos mecanismos institucionais, medo de exposição ou naturalização das violências raciais no cotidiano acadêmico. Esse cenário pode estar associado a repercussões na saúde mental, considerando que a não expressão de experiências de discriminação tem sido apontada na literatura como fator relacionado ao sofrimento psíquico. Assim, os dados

indicam que o racismo no ambiente universitário pode se manifestar não apenas por meio de eventos explícitos, mas também por mecanismos mais sutis, que dificultam sua identificação e enfrentamento. **CONCLUSÃO:** Os achados deste estudo evidenciam que, embora haja reconhecimento da existência do racismo no ambiente universitário, sua formalização por meio de denúncias ainda é extremamente limitada, revelando um cenário de possível silenciamento que compromete o enfrentamento institucional da discriminação racial. A análise do perfil sociodemográfico indica que estudantes em situação de vulnerabilidade social e pertencentes a grupos racializados podem estar mais expostos às desigualdades no contexto universitário, o que pode potencializar repercussões na saúde mental. Para a enfermagem, esses resultados reforçam a necessidade de ampliar o olhar para além dos aspectos clínicos, incorporando a dimensão social e racial na compreensão do sofrimento psíquico. A atuação em saúde mental deve considerar o racismo como um determinante relevante, desenvolvendo estratégias de cuidado que promovam acolhimento, escuta qualificada e fortalecimento da autonomia dos sujeitos. Além disso, destaca-se a importância de fortalecer políticas institucionais de enfrentamento ao racismo nas universidades, incluindo canais efetivos de denúncia, suporte psicológico e ações educativas que promovam ambientes mais inclusivos e equitativos. Por fim, ressalta-se que o enfrentamento do racismo no ensino superior exige não apenas o reconhecimento das experiências vividas, mas também a superação dos silêncios que ainda permeiam essas vivências, contribuindo para a construção de espaços acadêmicos mais justos, sensíveis às desigualdades e comprometidos com a equidade.

REFERÊNCIAS:

1. Lima TAS, Romagnoli RC. Racismo e saúde mental: uma cartografia do trabalho com famílias. *Psicol Soc.* 2023;35:e277147.
2. Gaudenzi P, Chagas A, Castro AM. Efeitos subjetivos do racismo e cuidado: vivências de mulheres negras. *Cien Saude Colet.*

Trabalho obteve o 3º Lugar, fazendo jus ao Prêmio Maria Grasiela Teixeira Barroso, concedido pela Associação Brasileira de Enfermagem – Seção Ceará

2023;28(9):2479–2488.

3. Guimarães ASA, Rios F, Sotero E. Coletivos negros e novas identidades raciais. *Novos Estud CEBRAP*. 2020;39(2):235–252.
4. Barbosa MCC, Maia L. Desigualdade racial na educação superior: percepções de estudantes universitários. *Psicol Rev*. 2023;32(2):395–417.

DESCRITORES: Racismo; Estudantes; Saúde mental.

EIXO TEMÁTICO: Eixo 3: Prática social, cuidado e impactos na saúde da população.